

**SENADO FEDERAL**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTE**

**SIMPLIFICAÇÃO ORTOGRÁFICA**

**O DESAFIO DO MOMENTO  
E O FUTURO DA LUSOFONIA**

Audiência Pública  
20/10/2014

Exposição  
Prof. Ernani Pimentel

# Índice

<b>1. Quem Somos e o que Queremos</b> .....	5
<b>2. Pressupostos</b> .....	8
<b>3. Breve Histórico</b> .....	9
<b>4. A Etimologia na Educação</b> .....	10
<b>5. Ajustes Práticos e Teóricos</b> .....	12
5.1 pára/para.....	12
5.2 fôrma/forma.....	13
5.3 descasamento entre derivados e primitivo .....	13
5.4 consagração pelo uso .....	14
5.5 exceções.....	14
5.6 duplas grafias .....	14
5.7 oxítonas e monossílabas tônicas .....	14
5.8 proparoxítonas aparentes.....	14
5.9 justaposição e aglutinação .....	15
5.10 pontuação .....	15
<b>6. Uso do Hífen</b> .....	19
6.1 Proposta de simplificação do uso do hífen.....	20
<b>7. Outras Propostas Simplificadoras</b> .....	22
7.1 Proposta de simplificação do uso de X/CH .....	23
7.2 Proposta de simplificação do uso de S/X/Z.....	25
7.3 Proposta simplificadora do uso de S/Ç/SS/SC/SÇ/C/XC .....	25
7.4 Proposta de simplificação do uso de J/G.....	26
7.5 Proposta de simplificação do uso de C/QU/K.....	29
7.6 Proposta de extinção do H inicial.....	30
Outra consideração sobre etimologia .....	31
7.7 Pontuação interrogativa e exclamativa .....	32
<b>8. Desrespeitos ao AO90 e ao Congresso Nacional</b> .....	32
<b>9. Participações Importantes de Internautas</b> .....	37
<b>10. Por que a ABL e Outros não Podem Mais Decidir Sozinhos</b> .....	42

<b>11. Criação de Organismo Orientador e Gestor da Ortografia.....</b>	<b>45</b>
<b>12. <i>Pacta Sunt Servanda</i>.....</b>	<b>45</b>
<b>13. <i>Rebus Sic Stantibus</i>.....</b>	<b>46</b>
<b>14. Inclusão e Fortalecimento Social e Internacional.....</b>	<b>46</b>
<b>15. Esclarecimentos Finais e Conclusão .....</b>	<b>47</b>

Excelentíssimo  
Senador Cyro Miranda  
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte  
do Senado Federal.

Excelentíssima  
Senadora Ana Amélia  
Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte  
do Senado Federal

Excelentíssimo  
Senador Cristovam Buarque  
Histórico integrante dessa Casa  
e primeiro a entender a importância do assunto

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores  
Senhoras e Senhores Convidados  
Senhoras e Senhores Participantes

## **1. Quem Somos e o que Queremos**

*Que o saber abra espaço à Sabedoria.*  
(Confúcio)

O movimento [simplificandoaortografia.com](http://simplificandoaortografia.com), de amplitude transnacional, contando mais de 36.000 cidadãos de vários estamentos socio-culturais, com predominância de alunos e professores do ensino médio e superior, além de profissionais liberais, jornalistas, advogados, juristas, pedagogos, escritores, funcionários e autoridades públicas, políticos, comerciantes, gestores e colaboradores do comércio, indústria e serviços, sucedeu ao [acordarmelhor.com.br](http://acordarmelhor.com.br) tendo em vista a necessidade de levar as discussões sobre a simplificação ortográfica a todos os países interessados e aos interessados de todos os países.

Foi criado por experientes professores de língua portuguesa que, ante a impossibilidade de sensibilizar e motivar os alunos para o estudo das regras e comportamentos ortográficos, ao contrário viram o

descrédito e a revolta de quem se esforça por aprender, mas esbarra na falta de lógica e coesão racional dos princípios evocados, impedindo o entendimento e o relacionamento prazeroso entre mestres e discípulos.

Tais professores constataram que a revolta do alunado e dos mestres mais experientes sedia-se na frustrada intensão didática contemporânea de promover o entendimento, o raciocínio e a compreensão, quando na realidade se deparam com um conjunto caótico de regras e explicações só admissíveis no ensino dos séculos passados.

Deram-se conta de que tais soluções foram decididas no restrito círculo dos convivas do extinto regime autoritário e impostas artificial e autocraticamente como boas.

O fato de tais decisões palacianas terem acontecido à revelia da realidade das salas de aula impediu que se notasse a profunda guinada que o pensamento educacional viveu, migrando da fase da memorização e imposição, dos séculos anteriores, para a atual, que privilegia o raciocínio lógico e a discussão democrática.

O maior problema de implantação do Acordo Ortográfico de 1990 (A090) tem-se externado numa frase, já repetida em vários dos nossos países: “os professores não aprendem muitas de suas regras”. Por sua vez, esses mesmos professores sabem que podem participar do processo e trabalhar para construir um sistema ortográfico mais simples e mais eficiente como instrumento de alfabetização.

Outra questão a ser enfrentada reside na competência decisória sobre o idioma, patrimônio de toda a sociedade. No século XXI, devido ao desenvolvimento de tantos ramos do conhecimento científico envolvendo língua, educação e comportamento; dadas as interinfluências da informação instantânea e globalizada; e em função das espraiadas políticas do debate e da participação coletiva... duas únicas academias, cada uma contendo em seu quadro apenas um especialista, não são mais capazes de responder a um desafio de tamanha envergadura...

É preciso restar claro que a língua pertence às populações que a utilizam, a cujos representantes compete decidir-lhe os rumos oficiais em cada uma das Nações envolvidas. No Brasil, portanto, compete ao Congresso Nacional a última palavra sobre o que aqui se vai discutir, cabendo acesso a qualquer indivíduo ou entidade com conhecimento para tal.

O **simplificandoortografia** não defende o desrespeito ao A090, aliás alerta que, a bem da verdade, se faz necessário corrigir alguns desrespeitos a ele cometidos pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, elaborado pela Academia Brasileira de Letras. Preconiza a discussão dos atuais problemas na busca de soluções que o viabilizem e o façam penetrar com mais naturalidade e menos resistências nos vários países signatários.

Considerando a importância histórica deste debate, da profundidade necessária à abordagem da educação contemporânea e dos possíveis benefícios resultantes a nossos povos e países...

Considerando a resistência natural e proporcional da memória discursiva e do automatismo implantado pela repetitividade no comportamento letrado e erudito (quanto mais letrado, mais resistente à mudança)...

Considerando que acordos devem ser cumpridos, mas para ser bem implantados devem ajustar-se aos novos tempos, sempre que a evolução das circunstâncias o exigir, como é o caso atual (*vide Pacta sunt servanda e Rebus sic stantibus*, pág. 45 e 46)...

Considerando que os gastos até agora feitos em impressão, produção de livros e divulgação do A090 se tornarão absolutamente ínfimos e desprezíveis ante os enormes ganhos econômicos, financeiros, culturais e científicos advindos da simplificação ortográfica (*vide "Inclusão e Fortalecimento Social e Internacional"*, pág. 46)...

Considerando a oportunidade única proposta por esta ilustre Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para se aprofundar e não "superficializar" o debate...

Considerando que o clima para tais discussões se tornarem mais eficientes deve revestir-se de respeito, ponderação e civilidade para busca de um desfecho convergente e harmonioso...

Apresentamos nossos pontos de vista, a começar por três considerações: Pressupostos, Breve Histórico e A Etimologia na Educação.

Em seguida, trazemos à discussão os seguintes itens, que devem ser considerados como pontos de partida para análise e tomada de decisão:

1. **Desvios ou desrespeitos do VOLP** (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa) em relação ao A090 (Acordo Ortográfico de

1990), pág. 33 a 37. Devem ser avaliados conforme Art. 3º do Decreto 6.583/2008 da Presidência da República: “São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo...”

2. **Ajustes práticos e teóricos**, pág. 12 a 19. Acentos diferenciais de “pára” e “fôrma”; grafia dos derivados em relação aos primitivos; consagração pelo uso; exceções; duplas grafias; oxítonas e/ou monossílabas tônicas; proparoxítonas aparentes e/ou paroxítonas; justaposição e/ou aglutinação; desorientação quanto aos padrões de pontuação.
3. **Uso do hífen – proposta inicial**, pág. 19 a 22. O uso do hífen, embora suas regras tenham melhorado um pouco, continua um enorme problema. Como sugestão inicial, apresentamos possibilidade de novo caminho.
4. **Outras propostas simplificadoras**, pág. 22 a 32. Aproveitando os esclarecimentos das pág. 5 a 8 e tendo em vista a geopolítica atual e a amplitude dos espaços que se abrem à lusofonia, é oportuno repensar e rediscutir o uso de X/CH, S/X/Z, S/Ç/SS/SC/SÇ/C/XC, J/G, C/QU/K, H inicial, pontuação interrogativa e exclamativa...
5. **Esclarecimentos Finais e Conclusão**, pág. 47 a 49.

## 2. Pressupostos

O Acordo de 1990 (A090), pelo fato de reunir hoje nove países de língua oficial portuguesa em torno do assunto ortografia, constitui importante passo diplomático a aproximar nossas populações.

Há, contudo, do ponto de vista educacional, problemas a desafiar sua implantação, além do fato de praticamente só as vozes oficiais de Brasil e Portugal constituírem sua defesa, permanecendo os demais países em compasso de sensata espera. Em um evento internacional focado no assunto, após nossa breve fala, fomos cercados, na pausa para o café, por vários membros, não sabemos se todos, da delegação

de Angola, que se mostraram positivamente surpresos com haver um grupo no Brasil levantando determinados assuntos com os quais concordavam, mas eram evitados nos encontros oficiais. Externaram, inclusive, a observação de ser difícil implantar nas salas de aula o que nem os professores entendiam. Para surpresa nossa, logo em seguida nos vimos cercados por integrantes da delegação de Moçambique, que expuseram o mesmo problema.

A surpresa de que falamos se devia ao fato de o segundo e o terceiro países mais populosos da comunidade de língua oficial portuguesa<sup>1</sup> estarem atentos e insatisfeitos com os rumos traçados politicamente, ao largo das preocupações didáticas ou pedagógicas. Surpresa também porque tal fato, de capital importância para a comunidade lusófona<sup>1</sup>, constituía um sério problema ao ensino da ortografia e não tinha merecido estudo acurado para sua solução. A surpresa de então retomava uma anterior: um acordo internacional é, com certeza, uma atitude política, mas um acordo envolvendo ortografia, que precisa ser transmitido nas salas de aula, como poderia ter-se concluído sem levar em consideração o que teriam a dizer os professores?

Dissemos, na oportunidade, que os professores no Brasil sofriam de mal idêntico, o que repetimos aqui, agora, respaldados por dezenas de milhares de apoiadores, entre os quais se apresentam, em maior número, discentes e docentes do nível médio e superior, incluindo muitos voltados à preparação para concursos públicos.

Vamos analisar alguns dos obstáculos que precisamos vencer em prol de maior e mais rápido êxito do atual acordo ortográfico.

### 3. Breve Histórico

Em 1975, a Academia de Ciências de Lisboa (ACL) e a Brasileira de Letras (ABL) elaboraram um projeto de acordo ortográfico, que não foi aprovado oficialmente até mesmo por razões políticas vigentes em Portugal. Em 1986, no Rio de Janeiro, pela primeira vez se encontraram sete países luso-falantes<sup>1</sup> com intuito de estabelecerem um acordo, que

---

<sup>1</sup> Ora utilizamos países lusófonos, ora países de língua oficial portuguesa, ora países de expressão oficial portuguesa, ora países lusofalantes, cientes de suas conotações políticas divergentes e/ou antagônicas, mas motivados pela esperança de conquistas benfeitas à convivência, inter-

não se viabilizou por reação ocorrida em Portugal. Em dezembro de 1990, outro acordo foi assinado em Lisboa, por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, aos quais posteriormente se somou Timor-Leste e, mais recentemente, Guiné Equatorial.

Um fato é que o acordo de 1990, consoante sua nota explicativa (item 3, primeiro parágrafo), “em termos de estrutura se aproxima mais do acordo de 1986, mas em termos de conteúdo adota uma posição mais conforme com o projeto de 1975”. Outra verdade é que o acordo de 1986 retoma muitos aspectos comuns ao de 1945, inclusive uma busca de unificação ortográfica absoluta (nota explicativa, item 3). Observa-se do exposto que o A090 aproveita a base de 1975, que vem sendo elaborada desde o fracasso da Convenção Ortográfica Luso-Brasileira, assinada em 1945.

## **4. A Etimologia na Educação**

Como era o ensino de Português naquela época em que se gestavam as discussões e decisões sobre as atuais regras ortográficas? O Latim fazia parte do currículo escolar tradicionalmente, mas seu ensino na maior parte do país acabou por limitar-se à automatização de declinações, conjugações e traduções de pequenas frases ou pensamentos, para em seguida reduzir-se à memorização de listas de radicais, prefixos e sufixos latinos e gregos, a fim de que os alunos associassem seus significados e intuíssem o sentido de novas palavras, enriquecendo suas vivências de vocabulário passivo e ativo. Paralelamente decoravam-se escassas listas de palavras oriundas do Francês, do Inglês, do Alemão, do Árabe e de umas poucas “indígenas e africanas”, tudo sob certa vigilância purista que reprovava hibridismos e estrangeirismos. Tal era o mundo gerador de várias das atuais regras ortográficas, que evidentemente se assentavam na visão etimológica de determinadas

---

câmbio e enriquecimento de todos os Estados e indivíduos envolvidos, por isso solicitamos aos receptores despolitizarem esses termos, na medida do possível.

listas de radicais, enquanto a ortografia se transmitia também pela memorização de regras e exceções. A base do ensino era, portanto, a memorização herdada dos séculos anteriores, a qual os estudantes acatavam com tranquilidade, até porque não havia outros parâmetros de ensino, sendo os professores respeitados e aceitos como “infalíveis”, *magister dixit*, expressão latina que atribuía a última palavra sempre ao mestre.

Contudo, a partir dos anos 1960, mudanças aconteceram propelas pela visão crítica das massas jovens, entendida por legisladores e educadores. O Latim foi excluído dos currículos escolares, bem como abandonadas as listas de radicais. A Pedagogia começou a repelir, sempre que possível, os processos de memorização, apelidados depreciativamente de “decoreba”, e a valorizar o entendimento, a razão, a compreensão, as relações lógicas, o raciocínio. Os estudantes de hoje já incorporaram a ideia de que educação não é decoreba e se rebelam contra as disciplinas assim transmitidas. Os vestibulares, o Enem e os concursos públicos valorizam o raciocínio lógico e evitam a pura informação desprovida de percepção crítica. A informação passada por um professor em sala de aula sobre o uso de determinada letra é muitas vezes, na mesma hora, desmentida ou reforçada pelos *laptops, tablets, smartphones* e outros tecnoequipamentos dos alunos, mais autoconfiantes por isso que grande parte dos professores. Nas salas mais distantes e menos privilegiadas, os discípulos, de uma maneira geral mais humildes, ouvem dos educadores uma ou outra explicação de casos isolados do uso desta ou daquela letra, e cada uma dessas explicações pontuais lhes amplia a sensação de desconhecimento do todo, aumentando o sentimento de impotência e conseqüentemente de frustração, que os distancia do prazer do estudo.

No mundo de hoje, decoreba é atraso, e a etimologia acaba sendo vista como decoreba. Por quê? i. Porque, com o abandono do Latim e do estudo dos radicais, o alunado perdeu a referência das origens, e as novas gerações de professores, também. ii. Porque, frequentemente, apesar da mesma origem, a grafia original é desrespeitada: estender com S / extensão com X, quando em Latim ambos se escreviam com X; viagem com g / viagem com j, quando na origem só se registrava J; mixto, extranho, estrangeiro com X em Latim era correto, em Português é errado; chica, dança dos quicongos, está dicionarizada com CH, quando a regra manda ser com X. iii. Porque continuam válidas regras que se

baseiam no que não se ensina, por exemplo, a distinção j/g, x/ch, c/ç/s/ss... exige que se identifique se as palavras são oriundas do Árabe, do Tupi e de outras línguas africanas, quando isso não é ensinado.

iv. Porque a globalização invade a língua com novas palavras a cada minuto sem sabermos sua origem. Por exemplo, “tsunami” apareceu com essa grafia na imprensa de maneira muito forte quando do grande desastre na Indonésia. A maioria dos alunos, colegas e jornalistas que indagamos, associaram essa palavra à língua indonésia em função das notícias mais divulgadas, e ninguém se preocupou em saber sua origem, embora todos a supusessem saber escrever (“tsunami”) imitando a grande imprensa, sem se dar conta de que, como paroxítona terminada em I, deveria ser acentuada (tsunâmi), ou então deveria ser aporuguesada como “tsuname” em respeito às regras de acentuação. Criou-se, então, pelo uso e pelo descaso, mais uma exceção que professores e alunos devem decorar? Em defesa do conhecimento e da harmonia do ensino nos países que utilizam a língua portuguesa, não deveríamos ter um órgão plurinacional orientador e gestor da ortografia, com autoridade delegada por lei, ao qual o magistério e a imprensa – a grande difusora de hábitos – recorressem, colaborando com o processo educativo de toda a população? (No item H inicial – pág. 30 a 32 – há outra reflexão sobre a etimologia).

No Brasil, onde a adoção do acordo está mais avançada, divulga-se que a sociedade já o incorporou e há até quem exalte o fato de que todos estão felizes com a queda do acento na palavra ideia. Analisando os vestibulares, o Enem e os concursos em cujos editais se apresenta o capítulo ortografia, vê-se que as bancas se têm limitado a esvoaçar superficial e timidamente sobre uns poucos aspectos, para não correr o risco de anulação de questões por imprecisão ou limitação de muitas regras.

Como professores, o que sentimos?

## 5. Ajustes Práticos e Teóricos

- Superficialmente, a eliminação do acento diferencial de intensidade em **pára/para** (Acordo, Base IX, 9º), como já demonstrou nacionalmente o professor Pasquale Cipro Neto, dificulta a comunicação por criar frequentemente ambiguidade em textos jorna-

lísticos da grande imprensa: Trânsito intenso para a capital (não se sabe se o trânsito paralisa a capital, ou está em direção a ela); ...e nada para os bombeiros (nada paralisa os bombeiros, ou nada se dá a eles?). Parece, pois, importante a volta do acento agudo na forma verbal pára, em prol da clareza textual.

- Ainda superficialmente, o acento circunflexo da pronúncia fechada de **fôrma/forma** (Acordo, Base IX, 6º, b), transformado em facultativo ou dispensável, precisa voltar à obrigatoriedade anterior. A pluralidade de significados denotativos da frase “Observe a forma daquela forma” só pode ser evitada se a pronúncia fechada de “forma” voltar a ser contemplada com um circunflexo obrigatório: “Observe a forma daquela fôrma”, “Observe a fôrma daquela forma”, “Observe a forma daquela forma”, “Observe a fôrma daquela fôrma”. É, pois, necessário retornar, nesse caso, ao uso obrigatório do circunflexo a fim de se evitar ambiguidade ou polissemia, quando necessário.
- Continuando na superfície, nenhum professor sabe explicar, e nenhum aluno ou cidadão entende ou aceita que o substantivo “pré-esclerose” só tenha uma grafia, com hífen, mas seu adjetivo derivado possa ser escrito “preesclerótico”, sem hífen. Não é de esperar que **o derivado acompanhe o primitivo** na grafia?
- Da mesma maneira, não faz sentido obrigar professores, alunos e cidadãos a decorar que o verbo “preeleger” só pode ser escrito sem hífen e sem acento, mas seus derivados preeleito, preeleição, preeleitoral... aceitam também as formas acentuadas e hifenadas “pré-eleito, pré-eleição, pré-eleitoral... E a **inversão da Lógica?** Neste exemplo o primitivo não tem hífen e o derivado pode ter; no anterior, o primitivo tem hífen e o derivado pode não ter. É para decorar isso também?

Ainda nesse diapasão, o que ganham professores, alunos e cidadãos, além de ojeriza e repulsa quando precisam decorar que há duas grafias corretas para um substantivo (pré-embrião, preembrião), contudo para seu adjetivo, só uma escrita é correta (pré-embrionário). Qual a razão lógica para não aceitar “preembrionário”, se se aceita “preembrião”? E o que ganha a população em troca do tempo que deve

gastar para gravar inutilidades como essas e muitas outras apontadas no sítio [www.simplificandoaortografia.com](http://www.simplificandoaortografia.com)?

A seguir, outros aspectos que deixam os professores em maus lençóis perante as perguntas e críticas dos alunos, e que, corrigidos, permitirão mais aceitação e credibilidade ao capítulo ortografia.

- Em vários casos, a redação do A090 justifica a presença de exceções pelo fato de estarem “**consagradas pelo uso**”, ao que retrucam os alunos: *então, pela lógica, nada poderia ter sido mudado, pois tudo já estava “consagrado pelo uso”*.
- Quase toda regra tem uma lista de **exceções**, mas os tempos mudaram: alunos e população tornaram-se mais exigentes. Se antes argumentávamos “a exceção comprova a regra”, hoje recebemos como resposta que “a exceção destrói a regra” porque mostra que ela não funciona. Um bom trabalho a serviço do fortalecimento e aceitação de nossa língua é a busca de adequar as exceções às regras, eliminando-as (exceções) ao máximo possível.
- Prejudicial também a um estudo racional e lógico é a aceitação de **duplas grafias indiscriminadas**, ou sem justificativa objetiva, como abrupto ou abrupto, ad-renal ou adrenal, pré-esclerótico ou pre-esclerótico. A opção fundamentada por apenas uma pronúncia e grafia tornaria o estudo bem mais agradável e seguro.
- No Brasil, ensinamos acentuação em regras diferentes para **oxítonas e monossílabas tônicas**, mas o A090 considera tudo como oxítono. Ficam alunos e professores, portanto, na dúvida: pó e cipó pertencem à mesma regra, ou não? Uma classificação em concurso público para início de uma carreira profissional pode depender disso.
- Alunos e professores têm discutido, sem ainda claro êxito, a interpretação dessa passagem do texto oficial “Levam acento circunflexo as chamadas **proparoxítonas aparentes**, isto é, que apresentam na sílaba tônica vogal fechada e terminam por sequências vocálicas pós-tônicas **praticamente consideradas como ditongos crescentes**: amêndoa, argênteo, côdea, Islândia, Mântua...” Em provas oficiais, os exemplos dados já foram vistos como proparoxítonos, o que pode ser considerado errado, porque se é proparoxítono apenas aparente, na essência não o é. Em outros exames, consideraram tais exemplos como terminados em ditongos cres-

centes, o que provocou o contra-argumento de que se são “praticamente considerados ditongos crescentes”, na teoria são hiatos... Já não é hora de se definir claramente se se trata de hiato ou ditongo, portanto, de proparoxítonas ou paroxítonas? Os estudantes agradecerão, e o aprendizado se fará menos problemático.

- No Brasil, pelo menos, já há mais de 50 anos, existe um consenso entre os gramáticos de que **justaposição** e **aglutinação** se diferem porque aquela mostra as palavras originais dentro da composta em vizinhança respeitosa e com pronúncias independentes (beija-flor, passatempo), ao passo que esta apresenta na composta palavras que se imbricam foneticamente, ou seja, a vizinhança mostra interferência ou intromissão de uma na sonoridade de outra (perna + alta = pernalta; vinho + acre = vinagre). A redação do A090 várias vezes confunde esse conceito chamando de aglutinação o que nossas gramáticas consideram justaposição, e isso deixa professores e alunos rendidos em sala e nas provas oficiais. “Professor(a), você ensinou errado?” Compete a um acordo que se diz ortográfico extrapolar sua função para interferir em conceituação de outro campo didático?
- Da mesma maneira, interfere negativamente na relação de respeito educando-educador-educando a redação do A090 quando se faz despreocupada com as regras de **pontuação** normalmente ensinadas em nossas gramáticas. “Se o que os professores ensinam é desrespeitado pela redação do acordo, não precisamos respeitar o que nos é ensinado”. Neste tópico vale mostrar que os defensores da etimologia a desprezam quando, toda vez que usam a expressão “etc.”, antecedem-na de uma vírgula. Pelo que muitos professores sabemos e ensinamos porque nos ensinaram, a abreviatura da expressão latina *et cetera*, que significa “e o restante”, começa com a conjunção *et*, antes da qual não se justifica o uso da vírgula, por apresentar informação desimportante e por não se enquadrar nos casos em que a conjunção “e” deva ser precedida por aquele sinal de pontuação. Deveria a redação do A090 seguir nossas regras e ensinamentos de redação? Merece, a esse respeito, ser lido o texto:

*Acordo Ortográfico Vírgula Etc.*

*Você coloca vírgula antes de etc.? Está bem. Admito não ser uma questão das mais relevantes nesta era de urgências tantas, mas preciso do gancho para chegar ao assunto novo acordo ortográfico. Por isso, não se aborreça com a insistência: “banana, laranja, maçã etc.” ou “banana, laranja, maçã, etc.”?*

*Não usa vírgula antes de etc.? Pois deveria. Usa? Pois não deveria. É isto mesmo: qualquer que seja a opção, você erra e acerta, o que quer dizer que tanto faz.*

*Por que estaria certo não usar o sinalzinho de pontuação? Porque etc. abrevia a expressão latina que significa “e as demais coisas”. Se é a ligação entre os dois últimos elementos da enumeração e existe um “e”, dispensa-se a vírgula. Regrinha primária. E por que, então, também estaria certo usar a pontuação? Aí a justificativa é mais sofisticada: a vírgula acataria como norma o exemplo dado em textos como o do novo acordo ortográfico firmado pelo Brasil. Ainda que não citado em regra explícita, o uso da vírgula estaria abonado pela ocorrência reiterada em textos de autoridade máxima em matéria de língua portuguesa (as Instruções para a organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1943, já usavam essa vírgula). Em resumo: a lógica gramatical dispensa; já o uso afetado dos doutores aconselha.*

*E daí? E daí que o caso do etc. puxa o assunto do exemplo como norma nos textos emitidos por autoridades na língua. Se determinado uso aparece reiteradamente num texto do gabarito legal do novo acordo ortográfico, por exemplo, vira regra. Não apenas em português. Veja o que diz o livro *El arte de escribir bien en español*, organizado por Maria Marta García Negroni, Buenos Aires, Santiago Arcos, 2004: “Aunque no lo enuncie explícitamente como regla, la RAE [Real Academia Española] también admite en su *Ortografía de la lengua española* (1999) el empleo de mayúscula después de los dos puntos en cada uno de los términos iniciales de una enumeración precedida de letras”.*

*Pois é. Muito já se falou sobre as incoerências das regras do novo acordo. Por exemplo, guarda-chuva tem hífen, mas mandachuva não tem; para-lama tem, mas paraquedas não tem. Não vou falar disso. Quero comentar aqui as in-*

*coerências do uso no texto do acordo. Quer dizer, vou tratar do que o acordo faz e não do que ele diz para fazer com a língua portuguesa.*

*Começo chamando a atenção para como o texto do novo acordo usa letra inicial e pontuação depois dos dois-pontos. Então, duas perguntas para entabular essa conversa: 1) depois dos dois-pontos, inicial maiúscula ou minúscula como regra geral?; 2) separamos os itens de uma enumeração por ponto e vírgula ou ponto final? Se você tem resposta pronta para as duas perguntas e ela é diferente de tanto faz ou equivalente, não se precipite e escute primeiro o que vou apontar aqui.*

*Olhe estes exemplos de enumeração, todos retirados do texto do novo acordo ortográfico, esse que está em fase de implantação até 2012:*

#### *EXEMPLO 1*

*Anexo I, Base XVIII, 2º:*

*a) Por uma só forma vocabular, se constituem, de modo fixo, uniões perfeitas:*

*i. do, da, dos, das; (...);*

*ii. no, na, nos, nas; (...).*

#### *EXEMPLO 2*

*Anexo I, Base XIX:*

*1º) A letra minúscula inicial é usada:*

*a) Ordinariamente, em todos os vocábulos da língua nos usos correntes.*

*b) Nos nomes dos dias, meses, estações do ano: segunda-feira; outubro; primavera.*

#### *EXEMPLO 3*

*Anexo I, Base II:*

*2º) O h inicial suprime-se:*

*a) Quando, apesar da etimologia, a sua supressão (...);*

*b) Quando, por via de composição, passa a interior (...).*

*No exemplo 1, inicial minúscula depois dos dois-pontos que antecedem a enumeração (do, no) e ponto e vírgula para separar os itens. No exemplo 2, inicial maiúscula (Ordinariamente, Nos) e ponto para separar os itens. No exemplo 3, inicial maiúscula (Quando, Quando) e ponto e vírgula para separar os itens. Em outras palavras, uma salada. Não é que exista aí um padrão que possamos adotar como regra. Antes fosse. O que existe aí é uma confusão imperdoável, que desorienta o usuário.*

*Assim é que a resposta para a pergunta sobre qual o padrão para uso de letra inicial e pontuação depois dos dois-pontos nas enumerações só pode ser uma: tanto faz. Tanto faz? É. Afinal, o acordo – aprovado por todos os países lusófonos e documento emitido justamente para tratar de assuntos da língua portuguesa – tem autoridade mais que suficiente para ditar regra naquilo que orienta explicitamente e naquilo que orienta implicitamente pelo uso. Portanto, quem quiser obedecer ao ditame inequívoco da autoridade só tem uma saída: fazer o que lhe der na telha.*

*Quer mais uma confusão? Veja estes exemplos do mesmo novo acordo ortográfico:*

#### *EXEMPLO 1*

*Anexo I, Base II, 1º:*

*b) Em virtude de adoção convencional: hã?, hem?, hum!.*

#### *EXEMPLO 2*

*Anexo I, mesma Base II:*

*4º) O h final emprega-se em interjeições: ah! oh!.*

*Observe agora: no primeiro exemplo, há vírgula separando os elementos da enumeração (hã?, hem?, hum!.); no segundo, não há vírgula (ah! oh!). Que é certo: separar ou não por vírgula os elementos de uma enumeração que terminem por outros sinais de pontuação? De novo, tanto faz. E por aí vai o acordo, coerentemente incoerente.*

*Bendita seja a norma que vem para bagunçar, talvez pudesse ser uma conclusão diante disso tudo. Afinal, cômodo*

*mesmo é diminuir restrições e deixar ao livre arbítrio do usuário da língua a decisão quanto a como dizer o que quer dizer. É bem mais simpático, não é mesmo?*

*É verdade. Pode ser. Mas não seria mais indicado que o texto do acordo fizesse uma opção, apenas uma, para evitar a aparência de desleixo ou incoerência e para não jogar mais combustível na fogueira de dúvidas do pobre usuário? Essa uniformidade não estaria mais de acordo com os objetivos unificadores do documento? Também poderia ser? Quer dizer, bem no clima desta discussão, não é certo que poderia ser isso ou o contrário disso?*

*Então, clarifiquemos de vez a regra máxima do novo acordo ortográfico: fica decretado que tanto faz.*

Everardo Leitão,  
professor de Redação e Texto

## 6. Uso do Hífen

Em seu detalhado trabalho “A Hifenação em Português”, em conjunto com Toru Maruyama, Antônio Martins de Araújo, filólogo e linguista renomado, presidente da Academia Brasileira de Filologia, mostra que, desde o século XVI, o uso desse separador, sempre trouxe muita confusão, muita indecisão. As regras anteriores ao A090 eram igualmente confusas. Quem não se lembra das inúmeras listas de prefixos e radicais que tinham de ser decoradas, sempre cheias de exceções? Quem a rigor “sabia” usar o hífen? As novas, as atuais, embora por um lado tenham sido um pouco simplificadas, por outro continuam absolutamente exigindo não mais a ida ao dicionário, mas a consulta direta ao VOLP – Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa – versão Brasil, que a cada momento ainda se vem modificando. Porém isso não basta, é preciso também paralelamente recorrer ao VOP – Vocabulário Ortográfico do Português – versão Portugal, para ver se a orientação coincide, porque várias vezes isso não acontece deixando no limbo da incerteza o consultante. No texto intitulado *Convite à reflexão e à solução* apresentado em Audiência Pública promovida pela Comissão de Educação Cultura e Esporte do Senado Federal, em 4/11/2009, e noutro, nomeado *Nova ortografia e escravidão*, ambos disponíveis no sítio [simplificandoaortografia.com](http://simplificandoaortografia.com), há longa lista de problemas relacionados ao uso do hífen, cuja

menção evita estendermos mais ainda o atual documento. Esses e outros motivos têm sido suficientes para deixar professores e alunos impossibilitados de ensinar e apreender tais regras. É honesto declarar que, na visita a importante grupo jornalístico brasileiro, seu presidente nos indagou se não seria possível acabar com o hífen, pergunta que nos soou interessante. E bem desafiadora.

Comparando critérios díspares já utilizados nos vários séculos anteriores, ousamos observar pontos falhos, ajustar detalhes e chegamos a uma proposta que, depois de discutida, avaliada e melhorada pode facilitar demais o assunto. Algumas das soluções podem causar espanto à primeira vista, mas são perfeitamente exequíveis e já foram adotadas em outras épocas. A vantagem é que, para hifenação de palavras compostas, reduzimos 22 regras seguidas de exceções a apenas 2, sem exceções.

## **6.1 Proposta de simplificação do uso do hífen**

### **I. Usa-se hífen:**

#### **A) Situações em que não se mexe:**

1. na separação silábica e na translineação: ba-la; ba- -la;
2. na ênclise e mesóclise: dou-a; falar-se-á;
3. em encadeamento vocabular: trajeto Belém-Brasília-São Paulo.

#### **B) Palavras compostas com hífen:**

1. em palavra composta, usa-se hífen quando o primeiro elemento termina em L, M, N e o segundo começa com VOGAL: bel-agrado, circum-escolar, pan-americano, capim-açu...
2. usa-se hífen após o prefixo EX quando significa “deixou de ser”:  
ex-amante,  
ex-parceiro...

Obs. 1: Nas palavras compostas, a junção dos componentes deve preservar a independência das sílabas e a pronúncia original, para evitar novas aglutinações em defesa de maior estabilidade fonética.

Obs. 2: No item 1, considera-se o H inicial extinto (pág. 30 a 32), havendo outras razões expostas no sítio simplificandoaortografia, inclusive as regras do A090 que se contradizem quanto à importância dessa letra e abrem espaço para as terríveis exceções.

## II. Não há hífen

1. Em palavra composta, quando o primeiro elemento termina em VOGAL, e o segundo começa com R ou S, dobra-se o R ou o S: pararraios, contrarregra, parassol, minissaia, contrassenso. (Se o S não tiver mais som de Z – pág. 25 –, não se duplicará: parasol, minisaia, contrassenso).
2. Os advérbios (ou adnomes) MAL, BEM, ALÉM, AQUÉM, RECÉM, NÃO, QUASE e a preposição SEM estarão independentes das palavras que os seguem, seja ou não substantivado o conjunto: (o) mal visto, (os) mal amado(s), (o) bem afortunado, (o) bem falado; (o) além fronteiras, (o) além Atlântico; (o) aquém Pirineus, (o) aquém Amazônia; (os) recém casado(s), (a) recém avaliada; (os) sem cerimônia, (a) não violência, (os) quase delitos...

Obs.: em mal francês, mal de Parkinson... o MAL já é substantivo.

3. Nas locuções substantivas, adjetivas, pronominais, adverbiais, prepositivas, conjuntivas não se usa hífen: fim de semana, cor de café, cada um, à vontade, abaixo de, a fim de que...

Obs.: Os topônimos consideram-se locuções substantivas: São Paulo, América do Sul, Grão Pará, Grã Bretanha, Abre Campo, Passa Quatro, Traga Mouros, Baía de Todos os Santos, Trás os Montes, Guiné Bissau, Timor Leste...

4. As frases nominalizadas e expressões latinas não recebem hífen: deus nos acuda, faz de conta, *ad augusta per angusta, carpe diem...*
5. Todas as demais palavras prefixadas e compostas, assim como locuções e frases que se queiram nominalizar, ligam-se sem hífen, mantendo inclusive seus acentos gráficos: (anti)igiénico, contraalmirante, semiinterno, semicondutor, reeleger, preencher, coordenar, prótico, próabono, arcoíris, decretolei, catavento, belprazer, circummurar, circumnavegar, panmágico, panbrasilei-

ro, pannegritude, subbase, subbloco, adrrenal, subrreitor, soto-capitão, vicerreitor, vizorreitor, abrrupto, addigital, superrevista, superomem, hiperrequinte, nuperregistrado, abóboramenina, couveflor, bemtevi, extraumano, préistórico, préembrião, pósá-tono, préeleito, amoréguaçu, anajámirim, Manhuaçu), (pédemoleque, mulasemcabeça), (bicodepapagaio, mariavaicomasoutras)...

Atenção para novos encontros consonantais que preservam a pronúncia e facilitam a grafia, tornando-a intuitiva: subbase, subbloco, addigital, adrrenal, subrreitor, abrrupto, circummurar, circumnavegar, panmágico...

Em panbrasileiro e bemtevi, a manutenção do N e M configuram claramente o interesse de preservar a grafia de PAN e BEM para deixar claro tratar-se de palavras compostas.

## **7. Outras Propostas Simplificadoras**

Mesmo concordando com que o letramento se baseie muito na memória visual da palavra – o alfabetizando, de tanto ver e repetir a escrita, automatiza-a sem precisar decorar regras –, é lógico notar que isso só vale para as grafias já experimentadas, já vivenciadas. Assim vamos passar a vida inteira aprendendo como se escreve, porque a vida inteira estaremos conhecendo palavras novas.

Contudo, a experiência coletiva, tanto dentro quanto fora da sala de aula, mostra que há problemas sérios na utilização de letras, como X/CH, S/X/Z, S/Ç/SS/SC/SÇ/C/XC, J/G, C/QU/K, H inicial, que se arrastam por toda a existência do usuário.

Nesses casos específicos, a redução das dúvidas e o conforto da certeza é possível, permitindo a qualquer um grafar palavras tão logo as ouça, ainda que seja pela primeira vez.

Então, a alfabetização e o letramento se tornam muito mais ágeis e eficientes, para felicidade de mestres, discípulos e toda a comunidade.

É hora de se ver:

- Uso de **X/CH**. Não há hoje regra que o possa ensinar objetivamente.

Há uma que diz “Usa-se X, para palavras de origem árabe, indígena ou africana”, aliás, conceitualmente inadequada em relação a “africana”, porquanto envolve em conotações anteriores à independência das ex-colônias portuguesas.

**Exemplo 1.** O aluno vê em um texto “chica” e vem a saber que se trata de uma dança dos quicongos. Pergunta então se a palavra não deveria ser grafada com X por ser africana. A resposta é óbvia. Deveria. Sobre para o professor dizer que se trata de exceção, sem ter qualquer justificativa, criando descrença no alunado e sacrificando sua autoridade de mestre.

**Exemplo 2.** Na leitura de um texto, aparece a palavra “chucro” com CH. O estudioso descobre que ela se origina do quíchua (quíchua ou quêchua são outras possíveis grafias, em que a menos indicada seja talvez a mais adequada, devido à pronúncia original), uma língua andina, podendo, por isso, enquadrar-se no conjunto das indígenas, como o tupi, por exemplo. Conclui então que a grafia deva ser com X (xucro). Vai buscar apoio nos dicionários e percebe que o VOP (Vocabulário Ortográfico do Português, de Portugal) e o Aurélio registram a palavra apenas com X, ao passo que o VOLP (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, do Brasil), o Aulete e o Houaiss confirmam as grafias com X e com CH. Deduz então que a regra não funciona e se decepciona por perder todo e qualquer parâmetro de segurança gráfica. Mestres, alunos e população novamente rendidos e inseguros.

**Exemplo 3.** Agora em forma de teste: em vasta área da zona rural nordestina, há um substantivo muito usado na linguagem oral, por tratar-se de ferramenta de trabalho, um tipo de facção. Escolha uma das grafias a seguir, xaxo, chacho, xacho, chaxo, e preencha a lacuna da seguinte frase: “Com uma das mãos, segurava a garrafa e com a outra sacudia ameaçadoramente o ..... .” O aluno e o cidadão comum, para responder, ficam em dúvida. O professor, se consultado e sabedor da

imprecisão de várias regras, deverá “arriscar” uma resposta? Talvez, consciente e cautelosamente, aconselhe “vamos ao dicionário”. Problema sem solução: a palavra não está dicionarizada. Eis novamente a rendição e a insegurança ortográficas.

**Exemplo 4.** Há hoje, no Brasil, em torno de doze milhões de estudantes se preparando para concursos públicos, em cujos editais se vê presente o capítulo ortografia. Muitas das gramáticas, por motivos óbvios, já não mais relacionam regras de uso das letras, porém os concursos não as excluíram do programa. Como as seleções para o Poder Executivo costumam indicar o Manual de Redação da Presidência da República, tem-se tornado ele um dos fortes pontos de busca. Porém, ao consultá-lo, com que se depara o concursando? Transcrevemos a seguir o texto original, sublinhando a vaguidade e a insegurança das regras:

#### *9.1.1.2. Emprego das Consoantes*

*Assim como emprego de vogais provoca dúvidas, há algumas consoantes – especialmente as que formam dígrafos (duas letras para representar um som), ou a muda (h), ou, ainda, as diferentes consoantes que representam um mesmo som – constituem dificuldade adicional à correta grafia.*

*Se houver hesitação quanto ao emprego de determinada consoante, consulte a lista que segue. Lembre-se de que a grafia das palavras tem estreita relação com sua história. Vocábulos derivados de outras línguas, por exemplo, mantêm certa uniformidade nas adaptações que sofrem ao serem incorporados ao português (do francês *garage* ao port. *garagem*; do latim *actione*, *fractione* ao port. *ação*, *fração*; etc.). Palavras que provêm de outras palavras quase sempre mantêm a grafia do radical de origem (*granjear*: *granja*; *gasoso*: *gás*; *analisar*: *análise*). Há, ainda, certas terminações que mantêm uniformidade de grafia (-*aça*, -*aço*, -*ecer*, -*ês*, -*esia*, -*izar*, etc.).”*

Em seguida, o texto apresenta uma lista com 75 palavras com H inicial, 72 com G/J, 1.754 com C, Ç, S, SC, SS, X, XC, Z, CH, e 88 com X, CC, CÇ.

Conclusões lógicas: 1. O próprio texto oficial reconhece a insegurança e ineficiência das regras de uso dessas letras e dígrafos. 2. O texto oficial propõe que, para saber usá-los (letras e dígrafos), o redator deverá sempre consultar uma lista de quase 2.000 palavras (exatamente 1.989). 3. Permite depreender que, em muitos casos, devido à limitação da lista, a pesquisa precisa continuar nos dicionários ou vocabulários ortográficos. 4. Significa, portanto, que cada aluno ou cidadão de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e outros locais do mundo onde se fala Português, para escrever uma palavra em nossa língua, precisa adquirir um dicionário ou um vocabulário ortográfico? – Parece que sim, ou, então, andar com um computador, a tiracolo, ligado a um corretor ortográfico... Ou será que há soluções mais simples?

A dupla possibilidade gráfica (**X/CH**) para representar esse fonema palatal surdo que tanto problema traz, que tanta pesquisa exige, não poderia ser resolvida, rápida e facilmente, apenas com a eliminação do dígrafo CH? Haveria apenas uma regra, sem uma exceção sequer: A consoante constritiva fricativa palatal surda, em início de sílaba, só se escreve com X: xuva, xapéu, enxer, enxugar... A escolha da permanência do X e não do CH seria justificada por aproximação com as grafias das línguas chamadas indígenas do Brasil e das línguas nacionais e autóctones de outros países irmãos. Passado o susto inicial, o conhecimento se acomodaria e para todos seria mais fácil, eficiente e econômico. E os estudiosos da etimologia? Teriam mais um degrau enriquecendo sua escada até as possíveis origens.

- Uso de **S/X/Z**. A leitura das palavras aSa, aZar, faZer, faSe, eXato mostra outro ponto de dificuldade para quem quer aprender a escrever, porque novamente temos três letras para representar o mesmo fonema fricativo alveolar sonoro: **Za, Ze, Zi, Zo, Zu**. Ficaria bem mais fácil e simples de ensinar e aprender: asa > aza; fase > faze; exato > ezato; exímio > ezímio; zona, cazona, zunir, cazuza. Como o problema etimológico já se viu contornado, a crítica que ainda ocorre pode ser a confusão de sentido, por exemplo, de faze (verbo fazer) e faze (da lua). A resposta é que a homografia é comum em nossa língua e a confusão

de sentido se desfaz no contexto (Faze tudo o que te pedi, antes da nova faze de nosso relacionamento).

Obs.: Essa substituição do S e do X pelo Z, em início de sílaba, é facilmente defensável e já seria bastante benéfica. Em final de sílaba (acideZ, francÊS, eX-amigo), parece gerar maior necessidade de pesquisa e discussão.

- Uso de **S/Ç/SS/SC/SÇ/C/XC**. Ler e pronunciar as palavras SoÇobrar, deSSoÇobrar, naSÇo, naSCido, Céu, eXCeto mostra que há sete formas diferentes para representar o fricativo alveolar surdo **Sa, Se, Si, So, Su**. A escolha de apenas o S para representar as outras três letras e os outros três dígrafos ajudaria enormemente a tornar nossa grafia talvez a mais lógica e sensata do planeta. Paralelamente, o S não mais representaria o som de Z.

- Uso de **J/G**. Também não há regra que o possa ensinar objetivamente.

**Exemplo 1.** Na via de acesso a uma bela praia do litoral norte-riograndense, há duas placas de sinalização, uma quase ao lado da outra. A primeira registra GENIPABU, enquanto a segunda ostenta JENIPABU. Duas grafias diferentes para a mesma palavra. O ponto de partida volta a ser o anterior: “Usa-se J, para palavras de origem árabe, indígena ou africana”. Os professores locais podem apontar a regra, mas as autoridades potiguares a desrespeitam, por não saberem aplicá-la. Como os alunos levarão a sério os mestres e o ensino?

**Exemplo 2.** A professora acaba de orientar os alunos com uma regra ainda existente: “Usa-se a letra G para grafar as terminações agem, igem, ugem.” Um aluno em casa tem acesso a um teste: “Quais, entre as sete palavras seguintes, estão corretamente grafadas? Viajem, viagem, penujem, penugem, pajem, lambujem, lambugem.” Se ele é sério e pesquisa, percebe que todas estão corretas e a regra serviu apenas para trazer descrédito à professora e à matéria. É mais alguém a fazer propaganda negativa do estudo... e da Língua!

**Exemplo 3.** Em recente passeata de professores em importante cidade brasileira, uma faixa carregada pelos manifestantes estampava: SOMOS PROFESSORES E EXIJIMOS RESPEITO. A forma verbal de exigir, escrita com J, comprova a dificuldade que a confusão J/G cria, até no meio dos professores. Como transmitir à sociedade o que sequer o professorado absorve?

**Exemplo 4.** Voltamos a falar dos 12 milhões de concursandos e do Manual de Redação da Presidência da República, como exposto no Exemplo 4 (pág. 24), cujas “Conclusões lógicas”(pág. 27) a seguir repetimos para avivar o assunto:

*Conclusões lógicas: 1. O próprio texto oficial reconhece a insegurança e ineficiência das regras de uso dessas letras J/G. 2. O texto oficial propõe que, para saber usá-las, o redator deverá sempre consultar uma lista de 72 palavras. 3. O texto oficial permite depreender que, em muitos casos, devido à limitação da lista, a pesquisa precisa continuar nos dicionários ou vocabulários ortográficos. 4. Significa, portanto, que cada aluno ou cidadão de nossos países de língua oficial portuguesa, para saber escrever uma palavra, precisa adquirir um dicionário ou um vocabulário ortográfico? – Parece que sim, ou, então, será necessário andar com um computador, a tiracolo, ligado a um corretor ortográfico... Ou será que há soluções mais simples?*

Vamos observar com atenção: a letra J sempre, antes de qualquer vogal, representa o fonema fricativo palatal sonoro: JA, JE, JI, JO, JU. A letra G tem dois comportamentos: antes de A, O, U, marca o fonema oclusivo velar sonoro: GA, GO, GU, por isso é também chamada de GUÊ; porém antes de E e I representa o fricativo palatal sonoro, ou seja, o mesmo som do J: (GE, GI = JE, JI) por isso aceita o nome de GÊ. Só aqui reside o problema. Observe-se: “Escrevem-se com J ou com G as seguintes palavras: ...enipapo, ...enital, ...eitoso, ...enciana, ...irau, ...irou, falan...e, caçan...e, pa...é, pa...em?” Aplicado esse teste a grupos de profissionais liberais, de universitários e de profissionais de nível técnico, embora todos atuando em empresa de educação no centro da capital do País, mostrou que, independente do nível escolar, a média de acertos não ultrapassou 66%, ninguém superou a marca de 80% e todos, sem exceção, demonstraram-se fragilizados e titubeantes. Consideran-

do-se o nível sociocultural da amostragem, pode-se imaginar como reagiriam locais mais distantes dos grandes centros. A situação é tão séria que exames oficiais para entrada em universidades ou faculdades têm dado nota máxima em redação, apesar de vários erros ortográficos, prova de que reconhecem a incompetência de determinadas regras de grafia, principalmente quando vinculadas à etimologia. Voltar a ensinar Latim e sua influência etimológica poderá ter suas vantagens, como parece estar-se descobrindo na Alemanha, por exemplo. Porém, para apenas ensinar a usar determinadas letras, em um mundo globalizado, com tantas, tão rápidas e tão constantes interinfluências não de uma, mas de várias outras línguas, é tarefa, além de impossível, profundamente exaustiva. Quem quer apenas escrever, precisa conhecer a etimologia de todas as novas palavras trazidas pela globalização, e de todas as línguas e culturas que as trouxeram? Existe solução?

A linguística comparativa e a descritiva podem indicar saída, com base nas línguas nórdicas e anglo-saxônicas, em que a letra G não registra o som GÊ, mas tão somente o GUÊ, com U não pronunciado (*Ângela* lê-se Ânguela, como o GU de guerra; *Volkswagen* lê-se vaguen, e *I get* pronuncia-se guet, ambos também como o GU de guerra).

Por já termos visto que a dupla possibilidade gráfica (J/G), para representar esse fonema palatal sonoro (JE, GE = JI, GI), é que tanto problema traz e que tanta pesquisa exige, não poderia ser reduzida a apenas uma possibilidade? Ante de E e de I, a letra G perderia o som de GÊ e só seria, como nos demais casos, pronunciada como GUE, com U mudo. Vejamos:

Letra Jota	Letra Guê (U, só pronunciado, quando escrito)	
JA jaca	GA gato	GUA guará
JE jelo	GE gerra (leia-se guerra)	GUE aguenta
JI jirafa	GI ginada (leia-se guinada)	GUI linguíça
JO jovem	GO gola	GUO agouou
JU junho	GU gula	-----

Em outras palavras a letra J continuaria com seu som e só ela poderia representá-lo (1ª coluna, acima). A letra G continuaria represen-

tando o som GUÊ, inclusive antes de E ou I, sem a escrita do U (2ª coluna, acima). Toda vez que, após a letra GUÊ, aparecer a letra U, esta será pronunciada (3ª coluna, acima).

Essa proposta traz ainda outra vantagem. Hoje, em um teste como “Em quais palavras o U é pronunciado: extingüível, sanguinário, ensanguentado, lânguido, languescente?”, aplicado para cidadãos de nível superior, 50% teve dúvida em sanguinário e ensanguentado, 60% errou em lânguido, 80% em extingüível, e 90% em languescente. Interessante notar que um dos entrevistados depôs que se chama Güido, mas só vê seu nome escrito sem o trema, e quase ninguém pronuncia o U, que no seu caso deveria ser pronunciado. De um modo geral, os entrevistados declararam-se inseguros para pronunciar ou não o U, e reclamaram da falta de um identificador da sua pronúncia. A transformação do GÊ em GUÊ resolveria também o problema de tranquilizar o leitor quanto à pronúncia de qualquer eventual palavra nova. Conclusão: todas as dúvidas de uso de J/G seriam resolvidas por duas únicas regras, sem exceções:

1. Usa-se apenas o J para os sons já, je, ji, jo, ju.
2. Usa-se apenas o G, sem o U, para o fonema GUÊ: gato, gerra, ginada, gota, gula. Quando o U for escrito após o G, é para ser sempre pronunciado: gua, gue, gui, guo.

Aqui repetimos: passado o susto inicial, o conhecimento se acomodaria e para todos seria mais fácil, eficiente e econômico. E os estudiosos da etimologia? Teriam mais um degrau enriquecendo sua fascinante escada até as possíveis origens.

• **Uso de C/QU/K.** A rigor, o Português tem agora três maneiras de representar o fonema oclusivo velar surdo: as letras C e K e o dígrafo QU (Caro, Kilo, QUero), sendo este último responsável por muitas dúvidas, desde que se extinguiu o uso do trema. Em um teste oral aplicado numa plateia de professores e estudantes do segundo e terceiro graus, com base nas pronúncias indicadas pelos dicionários Aurélio e Houaiss, perguntamos qual a pronúncia adequada para as seguintes palavras, cujas grafias foram projetadas na tela: equidistância, equivalência, equino, liques, liquescência. Após uma conversa introdutória para deixar o público à vontade, pedimos que levantasse a mão quem

tinha dúvida para pronunciar uma só das palavras; em seguida, quem tinha insegurança na pronúncia de duas, três, quatro e cinco delas. O resultado espantoso foi que a grande maioria de uma seleta plateia no centro da capital do País concordou em público sentir-se insegura em quatro das cinco palavras. A eliminação do trema provocou grande insegurança na leitura do QU, visto que se perdeu o indicador de pronúncia ou emudecimento do U. Vale novamente concluir que, nos locais mais distantes dos grandes centros, os resultados tendem a ser mais negativos ainda. Um dos fatores causadores das dúvidas é a sílaba QUE/QUI ora ter o U pronunciado, ora não. Outro fator negativo é as orientações oficiais de pronúncia flutuarem, deixando os falantes sem postura racional e segura: os mesmos dicionários e o VOLP indicam pronúncia do U em equidistância (ekuidistância) e seu emudecimento em equivalência (ekivalência), ou seja, para um mesmo radical, um mesmo significado (igual distância / igual valência), duas pronúncias diferentes. Se o dígrafo QU fosse substituído por K, como aparece entre parênteses três linhas atrás, evitar-se-ia esse tipo de erro de ortoépia e qualquer leitor pronunciaria a sílaba sem dificuldade. Ao constatar que um mesmo som, tanto fonética quanto fonologicamente, não precisa de mais que um símbolo para representá-lo, por que vamos manter três? Para dar mais trabalho aos estudantes e estudiosos? Assim como Qatar e Qosqo, Kilauea e Kontiki, cuja leitura não deixa dúvida, esse som poderia ser representado apenas por Q sem U, ou apenas por K. Mera questão de escolha. Nenhum problema para a etimologia, que apenas mostraria mais uma passagem equidade>ekuidade. Em síntese, escolher-se-ia uma só letra, e não três, para grafar Caro, QUero, Kilo: ou *Caro, Cero, Cilo*, ou *Qaro, Qero, Qilo*, ou *Karo, Kero, Kilo*. Talvez o K fosse o mais aceito internacionalmente, o que também importa para atrair novos interessados em aprender nossa língua.

- **H inicial.** Uma regra que veio ganhando força e se firmou no conjunto das atuais é a de que consoantes não pronunciadas não devem ser escritas, assim “prompto” virou “pronto”, “fructo” virou “fruto” e, quando as há que num país se pronunciam e noutro não, registra o AO90 duplicidade gráfica, como em aspecto/aspeto, facto/fato. Na contramão e na negação dessa regra, situa-se o H inicial. Da mesma maneira que o P de “prompto” e o C de “fructo” deixaram de ser escritos (pronto, fruto) por não serem mais pronunciados, assim também o H inicial, por se ter emudecido, deveria ter sido extinto da grafia, como aliás já aconte-

ceu em nossa língua irmã, o Italiano. Num teste oral que aplicamos num grupo de profissionais liberais, todos com terceiro grau completo, palavras como harpa, arpão, harpia, halteres, alferes, agiota, hagiografia, causaram dúvida em 70% dos participantes. Se apenas três em cada dez pessoas, na faixa etária dos quarenta, e pertencentes a um grupo de privilegiados cultural e profissionalmente souberam usar essa letra, o que realmente acontece com o total da população? Recentemente, em Portugal paramos em frente a uma estante de livraria, e vimos um livro em vários tomos com o título “Agiológico Lusitano”, exemplo do quanto esse H inicial é inútil. A língua escrita não é usada apenas por intelectuais, e não faz sentido fazer o profissional técnico, ou o comunicador não especializado, ser obrigado a buscar a origem da palavra para saber escrevê-la. Ouve-se perfeitamente a pronúncia da primeira vogal de “ágio, agiota, agiografia, agiológico”, mas a escrita obriga a escrever, em algumas delas um “H” que ninguém pronuncia (ágio, agiota, **h**agiografia, **h**agiológico)... e o utente da língua, na sua necessidade familiar, social e profissional, precisa saber escrever, sem obstáculos, aquilo que ouviu, sem obrigatoriedade de buscar, antes, a etimologia. Na correria atual, quem precisa buscar a etimologia (*ágio- ≠ hágios, a, on*) é o especialista e o estudioso, e não o cidadão comum, a quase totalidade dos usuários.

Não negamos a importância da etimologia para captação do significado de palavras desconhecidas, mas ela – contrariamente ao que pensávamos à época – foi atirada ao lixo quando se deixou de ensinar nas escolas Latim, Grego, e a semântica dos radicais, prefixos e sufixos, não só dessas línguas, mas também do Árabe, do Francês, do Espanhol, do Tupi, e de outras que influenciaram a nossa. Isso quando se pensava só no Brasil, hoje o ensino da etimologia teria que incluir todas as palavras importadas do Banto, do Crioulo, do Tétum e de muitas outras línguas que influenciaram nossos irmãos africanos, asiáticos e insulares. Não se ensina mais etimologia nas escolas, então não faz sentido escrever com base etimológica.

Por outro lado, quando se fala em etimologia, deve-se estar falando em origem das palavras. Vamos, pois, buscá-la. Em que ponto no tempo? No século XVI, no Cancioneiro Geral de Garcia de Resende, quando se iniciou o português moderno? Ou no século XIII, quando D. Diniz criou a primeira universidade portuguesa em Lisboa? Ou cinquenta anos antes, quando D. Afonso III adotou o Português como língua de registro na chancelaria régia? Ou nos documentos tabeliônicos ou no-

tariais do século IX? Ou no século III a.C., quando os romanos levaram seu latim vulgar para a Lusitânia e a Bética? Em cada momento desses, a grafia era diferente, e escolher qualquer um deles como ponto de partida é atitude tão arbitrária, quanto superficial e subjetiva. No século XIII, não se escrevia H inicial. Pero de Magalhães Gandavo, no séc. XVI, escrevia AVER, AVIA, OMEM, ORA, OJE . Os etimologistas sugeriram o uso dessa letra, argumentando, em defesa do poder eclesiástico, que no Latim se escrevia HOMO. Quer dizer então que hoje, passados quase oito séculos, vamos escrever em Latim? Além do mais, qualquer ponto da história passada que se use para ancorar uma falsa noção de etimologia será sempre uma volta ao passado. No século XXI, com a evolução da linguística comparativa e da linguística aplicada, com a percepção racional e lógica da era da informação globalizada, não faz mais sentido voltar aos th e ph. É preciso criar a grafia para o nosso tempo e para o futuro próximo, pois é aqui que vivemos. É necessária uma ortografia clara e simples aos olhos de hoje. Façamos do presente o presente, deixemos o passado, no passado. Ele não se perderá, e quem o quiser visitar, lá certamente o encontrará. A etimologia é e nunca deixará de ser importante, mas a grafia pode e deve dela independe-se.

• Se estamos falando em simplificação no ensino da língua, que passa necessariamente pela leitura e redação, por que não discutir a seguinte proposta de um nosso correspondente na internet, quanto à pontuação antecipada nas frases **exclamativas** e **interrogativas**?:

*Senhores.*

*Saudações.*

*Nunca ouvi alguém se referir ao que sempre observei, como necessário.*

*Seria a inclusão do ponto de interrogação no início da sentença, como existe na língua espanhola. Igual, na posição invertida. Exemplo: ? Você é brasileiro? ..... ! Que belo dia !*

*Como estamos, numa sentença mais extensa, sem sabermos que é uma interrogação, iniciamos a leitura normalmente, e no final, ao vermos que é interrogativa, somos surpreendidos e nos obrigamos a fazer uma entonação*

*falsa, de última hora’. Assim, também, com as ‘exclamativas”.*

*Haverá com isso mais autenticidade e facilidade nas leituras em Português.*

## 8. Desrespeitos ao AO90 e ao Congresso Nacional

Desculpamo-nos, agora, pela obrigatoriedade de exibir tabela que há três anos divulgamos, e que demonstra outros motivos de dificuldade de ensinar. Além do que prova também que O VOLP, nossa fonte de consulta oficial, afasta-se do AO90 e o contradiz, inclusive. Não nos espantaremos se, de lá para cá, já se tenham cometido outros desrespeitos ao acordado.

AOLP – DESRESPEITOS DO VOLP	
<b>AOLP</b> = Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa assinado em 1990, entre oito países, e entrando em vigência no Brasil. <b>VOLP</b> = Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, espécie de dicionário usado apenas para mostrar como se escrevem as palavras. Editado pela Academia Brasileira de Letras, a sua 5ª edição deveria ser a voz oficial do Acordo no Brasil, funciona como se fosse, mas altera vários pontos, sem o devido respeito do Congresso Nacional, como prevê o Decreto Presidencial 6.583, de 29/9/2008 que promulga o AOLP.	
AOLP Acordo Ortográfico da LP Assunto: Uso do hífen. Bases XV e XVI	VOLP, Vocabulário Ortográfico da LP, 5ª edição (pág. LI, LII e LIII). Nota Explicativa da Comissão de Lexicologia e Lexicografia da ABL.
Base XV – 1º Obs.: “Certos compostos, em relação aos quais se perdeu, em certa medida, a noção de composição, grafam-se aglutinadamente: girassol,	VOLP, 5ª edição, pág. LII: no item 5, prescreve “Limitar as exceções de emprego de hífen às palavras explicitamente

<p>madressilva, mandachuva, pontapé, paraquedas, paraquedista, etc.”</p> <p>Base XV – 4º Obs.: “Em muitos compostos, o advérbio <i>bem</i> aparece aglutinado com o segundo elemento, quer este tenha ou não vida à parte: <i>benfazejo, benfeito, benfeitor, benquerença</i>, etc.”</p> <p>– Essa “Obs.” mostra exceções ao uso do hífen estipulado no parágrafo anterior. A expressão “etc.”, ao fim da lista, aponta para a existência de outras excepcionalidades não ali relacionadas.</p>	<p>relacionadas no Acordo, admitindo apenas as formas derivadas e aquelas consagradas pela tradição ortográfica dos vocabulários oficiais, como <i>passatempo, varapau</i>.”</p> <p>1 – Esse texto altera as várias passagens do Acordo, citadas ao lado, porque elimina os “etc”. O Acordo aceita outras exceções, o Vocabulário Ortográfico as exclui.</p>
<p>Base XV – 6º “Nas locuções de qualquer tipo, sejam elas substantivas, adjetivas, pronominais, adverbiais, prepositivas ou conjuncionais, não se emprega em geral o hífen, salvo algumas exceções já consagradas pelo uso (como é o caso de <i>água-de-colônia, arco-da-velha, cor-de-rosa, mais-que-perfeito, pé-de-meia, ao deus-dará, à queima-roupa</i>).”</p>	<p>2 – O texto provoca ambiguidade, porque “formas derivadas” pode referir-se a qualquer outra palavra derivada, mesmo não relacionada nas listas de exceções, ou pode restringir-se apenas às derivadas das relacionadas nessas listas.</p>
<p>– A expressão “como é o caso de” indica que a lista subsequente admite outras palavras não mencionadas ali.</p> <p>Base XVI – 1º Obs.: “Não se usa, no entanto, o hífen em formações que contêm em geral os prefixos <i>des-</i> e <i>in-</i> e nas quais o segundo elemento perdeu o <i>h</i> inicial: <i>desumano, desumidificar, inábil, inumano</i>, etc.”</p>	<p>3 – Desconsidera o fato de os vocabulários oficiais estarem sempre atrasados em relação às novas palavras que se criam diuturnamente na língua, e de o Acordo dever oferecer parâmetros para a população escrever esses neologismos, antes mesmo de registrados nos vocabulários.</p>
<p>– Essa “Obs.” mostra exceções ao estipulado no parágrafo anterior. A expressão “etc.”, ao fim da lista, aponta para a existência de outras excepcionalidades não aí relacionadas.</p>	

<p>- Há outras passagens com o mesmo teor no texto do Acordo, as quais não abordamos, por economia de tempo.</p>	
<p>- Este item 5 da página LII do VOLP altera vários pontos do Acordo original. - A própria redação é um exemplo lastimável de ineficiência, por imprecisão.</p>	
<p>Base XV – 2º Obs.: “Os outros topônimos/topônimos compostos escrevem-se com os elementos separados, sem hífen: América do Sul, Belo Horizonte, Cabo Verde, Castelo Branco, Freixo de Espada à Cinta, etc. <u>O topônimo/topônimo Guiné-Bissau é, contudo, uma exceção consagrada pelo uso.</u>” - Na parte por nós sublinhada constata-se, na lista de exceções, apenas um topônimo hifenado.</p>	<p>VOLP, 5ª edição, pág. XLIX: no art. 1º aparece “República Democrática de Timor-Leste...” (com hífen). VOLP, 5ª edição, pág. L: no 1º e no 5º parágrafo do preâmbulo e no art. 5º (aparece três vezes Timor-Leste (com hífen)).</p>
<p>Como se vê, o Acordo admite apenas uma exceção com hífen (Guiné-Bissau), mas o VOLP apresenta duas (Guiné-Bissau e Timor-Leste). A quem o Ministério da Educação e o cidadão devem seguir, a lei (Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008) que promulga o Acordo, ou o VOLP?</p>	
<p>Base XVI – 1º “Nas formações com prefixos (como, por exemplo: <i>ante-, anti-, circum-, co-, contra-...</i>)”, só se emprega o hífen nos seguintes casos: a) Nas formações em que o segundo elemento começa por <i>h</i>: <i>anti-higiênico /anti-higiênico, circum-hospitalar, co-herdeiro...</i>”</p>	<p>VOLP, 5ª edição, pág. LII: no item 9, determina “Excluir o prefixo <b>co</b> do caso 1º, letra a, da Base XVI ... Assim, por coerência, <b>co-herdeiro</b> passará a <b>coer-deiro</b>”.</p>
	<p>VOLP, 5ª edição, pág. LII: no item 14, manda “Exclu-</p>

	<p>ir o emprego do hífen com o prefixo <i>an-</i>, quando o segundo elemento começar por <i>h-</i>, letra que cai à semelhança do que preceitua o texto do Acordo para os prefixos <i>des-</i> e <i>in-</i>: <i>anistórico, anepático.</i>”</p>
<p>– Por mais bem justificado que esteja, o Acordo prescreve <i>co-herdeiro, an-histórico</i> e <i>an-hepático</i>, e o VOLP, <i>coerdeiro, anistórico, anepático</i>. O Acordo tem uma Lei que o promulga, tem, portanto, força de Lei, o que o VOLP não tem. A quem o MEC e o cidadão devem seguir: o VOLP ou a Lei?</p>	
<p>Base XVI – 1º “Nas formações com prefixos (como, por exemplo: <i>ante-, anti-, circum-, co-, contra...</i>)”, só se emprega o hífen nos seguintes casos: a) Nas formações em que o segundo elemento começa por <i>h</i>: <i>anti-higiénico /anti-higiênico, circum-hospitalar, co-herdeiro...</i>”</p>	<p>VOLP, 5ª edição, pág. LII: no item 11, dispõe que se deve “Registrar a duplicidade de formas quando não houver perda de fonema vocálico do primeiro elemento e o elemento seguinte começar por <i>h-</i>, exceto nos casos já consagrados, com eliminação desta letra: <i>bi-hebdomadário e biebdomadário, carbo-hidrato e carboidrato</i>, mas só <i>cloridrato.</i>”</p>
<p>– Consoante o Acordo, já está claro: <i>bi-hebdomadário</i> e <i>carbo-hidrato</i> seguem <i>anti-higiénico /anti-higênico</i> (a diferença da acentuação se deve à diferença de pronúncia entre Portugal e Brasil), <i>circum-hospitalar, co-herdeiro</i>. – Porém, aparece o VOLP e complica. Primeiro, porque traz ao texto um assunto mal resolvido, o de palavras ora iniciadas com <i>h</i>, ora sem <i>h</i>. Segundo, porque oficializa uma péssima solução para o ensino: a dupla grafia. Terceiro, porque faz referência a uma lista em aberto: “os casos</p>	

já consagrados”. Deve cada cidadão, a partir de agora, adquirir todos os dicionários ortográficos dos oito países signatários, porque não há um dicionário ortográfico comum a todos? Onde ficou o espírito de união do Acordo?

Base XV – 3º “Emprega-se o hífen nas palavras compostas que designam espécies botânicas e zoológicas, estejam ou não ligadas por preposição ou qualquer outro elemento: *abóbora-menina, couve-flor... bem-te-vi* (nome de um pássaro).”  
– O Acordo fala apenas em espécies botânicas ou zoológicas.

VOLP, 5ª edição, pág. LII: no item 7, determina “Incluir no caso 3º da Base XV, relativo às denominações botânicas e zoológicas, as formas designativas de espécies de plantas, flores, frutos, raízes e sementes, conforme prática da tradição ortográfica: *azeite-de dendê, bálsamo-do-canadá, água-de-coco*”.  
– O VOLP acrescenta “espécies de plantas, flores, frutos, raízes e sementes” e apresenta como exemplos “*azeite-de-dendê, bál-samo-do-canadá, água-de-coco*”, que sequer constituem flores, frutos raízes ou sementes.

Há outro texto da ABL sem os exemplos “*azeite-de-dendê, bálsamo-do-canadá, água-de-coco*”.

Há ainda outro texto da ABL em que aparecem os exemplos “*azeite-de-dendê, bálsamo-do-canadá, água-de-coco*” antecedidos da expressão “produtos afins”.

O Acordo, a lei, diz, o VOLP desdiz. O MEC e o cidadão devem seguir o VOLP ou a Lei?

Base XVI – 1º, b) Obs.: “Nas formações com o prefixo co-, este aglutina-se em geral com o segundo elemento mesmo quando iniciado por *o*: *coobrigação, coo-*

VOLP, 5ª edição, pág. LII: no item 10, impõe “Incluir, por coerência e em atenção à tradição ortográfica, os pre-

<p><i>cupante, coordenar, cooperação, cooperar, etc.”</i></p>	<p>fixos <b>re-</b>, <b>pre-</b> e <b>pro-</b> à excepcionalidade do prefixo <b>co-</b>, referida na letra b do caso 1º da Base XVI: <i>reaver, reeleição, preencher, proótico.</i>”</p>
<p>– O Acordo, que é a lei, manda escrever <i>re-haver, re-eleição, preencher, pro-ótico</i> (Base XVI, caso 1º, letra b). Já o VOLP define como corretas as grafias <i>reaver, reeleição, preencher, proótico</i>. O VOLP não respeita a lei e desrespeita o Acordo.</p>	

## 9. Participações Importantes de Internautas

Para análise de todos os leitores, selecionamos participações de internautas de diferentes níveis culturais, pedindo desculpas a muitos outros bons textos, que acabaram sendo relegados por falta de espaço. Eis o texto de um jovem universitário de 18 anos, publicado em nosso sítio na *internet*:

*Através de uma breve análise dos pronunciamentos contrários à simplificação da ortografia proposta por este projeto, é possível notar uma clara falta de argumentos consistentes direcionados às ilogicidades do atual sistema ortográfico da língua portuguesa. A grande maioria das críticas propõe-se a condenar algo que nem é o ponto principal da proposta: o fato de uma simplificação da ortografia resolver o problema da educação no Brasil. Isso seria uma ilusão absurda, e tenho certeza de que não é assim o pensamento dos idealizadores do projeto. O foco da proposta é eliminar, na medida do possível, certas propriedades da nossa ortografia que trazem constantes problemas à escrita, em razão de sua contraditória fundamentação. Por exemplo: por que escrever certos vocábulos como ‘homem’ e ‘hoje’ com o h inicial? A palavra ‘homem’, cuja datação (isto é, data em que apareceu pela primeira vez documentada por escrito) é de 1152 [1],*

veio para a língua portuguesa como 'omem', sem h. Da mesma forma, 'hoje', datado do século XIII [2], apareceu pela primeira vez no português como 'oje'. Somente anos depois se passou a ter a ideia infundada de amoldar a palavra portuguesa à sua origem. Esse amoldamento tem, no entanto, sérias incoerências. Perante uma ocasião de dúvida entre grafar certa palavra com x ou ch, a seguinte regra é geralmente estabelecida: usar o x nos vocábulos de origem africana, árabe ou indígena, após um ditongo, e após as sílabas iniciais 'en-' e 'me-'. A partir disso, surge a seguinte óbvia pergunta: qual o falante comum, senão os grandes estudiosos da língua, saberá a origem de cada palavra? Isso sequer é trabalhado na escola. E mesmo que, numa hipótese muito inviável, todos soubessem, enfrentariam uma completa confusão: 'bexiga', 'bruxa', 'graxa', 'lixo', 'roxo', 'vexame' etc., todas de origem latina, grafadas com x. Como explicar? Eu poderia continuar exemplificando as diversas propriedades ilógicas de nosso sistema ortográfico, que mais parece baseado numa arbitrariedade, onde cada palavra tem uma norma própria. A simplificação é fundamental, não somente para os de baixo nível socioeconômico, sem acesso à educação, mas para todos os falantes de língua portuguesa, que lidam constantemente com esta ortografia disforme. Evidentemente, os senhores idealizadores enfrentarão manifestações contrárias provindas das mais variadas partes: leigos que não buscam entender a verdadeira essência e a importância da simplificação, estudiosos conservadores opondo-se em razão de seu natural purismo etc. Quanto a mim, seria um prazer poder contribuir de alguma forma com o projeto. Tenho 18 anos, curso Letras (português/italiano) na UERJ, e posso afirmar: o italiano é um exemplo de língua que preferiu simplificar sua ortografia, em vez de se prender a abstratos fatores etimológicos.

Grande abraço!

Referências das datações:

[1] MACHADO, José Pedro. Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa. Lisboa: Editorial Confluência e Livros Horizonte, 1993.

*[2] Fichário arquivado na Fundação Casa de Rui Barbosa. Obtido através do Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa.*

Comentário oportuno que recebemos do Sr. Ítalo Oliveira:

*Sou professor de Inglês desde 1990, e gostaria de compartilhar com vocês uma história que ocorreu comigo em um navio. Fiz amizade com um grego, que falava inglês, e batemos um papo por longas horas. Este me explicou que na Grécia na década de 60, mais precisamente em 1962, alguns linguistas decidiram fazer uma reforma ortográfica, pois o grego era incapaz de compreender o grego escrito e lido, por este não ter sido atualizado por séculos! Fizeram o seguinte: denominaram o grego escrito até aquela data como grego clássico, e o congelaram, e escreveram as palavras conforme eram faladas naquela época, e as denominaram “grego moderno”. Até a presente data, o grego falado e lido é compreendido por todos os gregos. Será que eles foram idiotas em fazer uma reforma dessa magnitude e nós os sábios ao refutarmos uma mudança no momento em que nenhum brasileiro escreve o português corretamente? Somos todos, todos os habitantes deste país, analfabetos ou a língua escrita está desatualizada e é burra? Lembrem-se: fomos nós que inventamos as regras dessa língua. Somos então idiotas de inventarmos algo que nem nós mesmos dominamos, ou precisamos usar nossa tecnologia e nosso aperfeiçoamento intelectual e atualizá-la sem traumas e paixão? Que diga a lógica e a razão. Admitamos: somos mesmos INCAPAZES de dominar aquilo que criamos? Ou está na hora de nos sentirmos capazes de escrever e falar corretamente nossa própria língua?*

Também vale a pena registrar o texto do Sr. Mário Rui Feliciani:

*“Já nem se lembram / que existe um brejo da cruz / que eram crianças / e que comiam luz” (Chico Buarque).*

*Todos tendemos a esquecer as dificuldades vencidas. A diminuí-las, achá-las óbvias. Daí, basta crescer e todo mundo se esquece da dureza de aprendizado da escrita decorrente das regras e exceções, que, de tão complexas, são arbitrárias, da ortografia.*

*Por isso ridicularizam qualquer proposta de simplificação. Que mal causaria a simplificação da língua? Nenhum. Tem uma proposta agora no congresso devidamente espancada pelo faceBook.*

*Imagine o susto ao ler “QE ORROR”!*

*Mas seria isso mesmo, só um susto! Como aquele que você sofre quando sua mulher chega de supetão com o cabelo cortado. Logo acostuma. Nossa geração sofreria, mas as próximas seriam beneficiadas. Seríamos os que puseram o sino no pescoço do gato.*

*Li uma vez que o português é língua que permite alfabetização em tempo relativamente curto. Que no inglês e no francês, por exemplo, a alfabetização é mais árdua, pela pequena correspondência entre o falado e o escrito. Que bom! E podia ser ainda melhor.*

*Saber que jiboia é diferente de girafa na primeira letra é cultura inútil. Útil é saber se o micro-leão-dourado continua em risco de extinção. Ou a nacionalidade do ornitorrinco. O ensino já afastou outras coisas inúteis: datas e nomes da história, os afluentes da margem direita do Amazonas... “que absurdo! se você não sabe os afluentes da margem direita, como vai saber os da esquerda?”.*

*O que me causa estranheza é a resistência de quem se dedica à literatura. A literatura pioraria com a simplificação? Pobre literatura a que depende da ortografia pra ser boa.*

*Aquele que não tem que memorizar bobagem tem mais tempo pra ler Machado de Assis e até sorrir “olha como se escrevia!”.*

*As dúvidas de ortografia são tão tolas que até computador sabe corrigir a maioria. Mas reprovam no vestibular e nos concursos públicos.*

Interessa, outrossim, o que nos escreveu um estudante pré-universitário:

*Eu tenho 17 anos, estou prestes a entrar na faculdade para cursar Química Tecnológica. Sou o que vocês podem chamar de filho da internet.*

*Durante toda a minha vida acadêmica a língua portuguesa foi a matéria que mais me deu dor de cabeça, pelo simples fato de faltar uma base lógica em muitas palavras. Quando criança aprendi os fonemas “sa, se, si, so, su” e também os “ka, ke, ki, ko, ku” o mesmo com a letra “Z”, a partir daí quando minha mãe falou o substantivo que se refere a uma morada “casa”, por simples lógica eu escrevi “kaza”, depois eu tive que escrever quase 50 vezes a palavra casa para DECORAR a ortografia, já que por algum motivo misterioso existe a letra “c” que hora tem som de “s” e hora tem som de “k”, mas ela mesma não apresenta nenhum som em particular.*

*Para me explicarem a necessidade de colocar “h” em homem, hora, história não me convenceram. Foi necessária quase uma semana para me ensinar a escrever xícara (ou xícara por que até hoje eu não tenho certeza de como se escreve o nome desse copo com alça).*

*Eu desafio um professor ou qualquer pessoa que seja a explicar para uma criança, jovem ou adulto o motivo da existência e do uso do “u” do queijo, do h do homem, qual é o motivo para uma frase ter hífen e a outra não, por que uma palavra se escreve com “z” outra com “s”, outra com “c” outra com “ç” e a outra com “k”.*

*Na internet escrevemos “errado” não pelo fato de sermos analfabetos (o que a maioria não é), mas pelo fato de ser mais racional escrever sem essas regras sem valor.*

*Obrigado a qualqer pessoa qe deu atenção ao meu comentário (você quase não percebeu o qualqer e o atenção) quase.*

Outro comentário digno de ponderação:

*O que a história nos mostra em relação à simplificação de códigos? Vejamos alguns exemplos: a adoção dos numerais arábicos representou a da matemática (embora a Europa tenha resistido a seu uso por séculos, insistindo nos numerais romanos); a adoção do alfabeto em todas as sociedades que utilizavam ideogramas fez com que a escrita deixasse de ser um privilégio místico e passasse a se tornar algo mais democrático; o Esperanto, uma língua lógica e simplificada (mas nem por isso menos rica e expressiva) representa maior democratização na comunicação internacional. Esses exemplos nos mostram o óbvio e o indiscutível: mesmo podendo haver forte resistência contra empreendimentos revolucionários como esses, a simplificação e racionalização da ortografia não pode significar outra coisa a não ser mais progresso, globalização e democratização dos bens intelectuais.*

## **10. Por que a ABL e Outros não Podem Mais Decidir Sozinhos**

A Academia Brasileira de Letras (ABL) e a Academia das Ciências de Lisboa (ACL), em 1975 – período de pensamento e atitudes ditatoriais, sustentados por pequenos grupos escolhidos na intimidade do poder, muitas vezes apenas para distribuição de benesses retribuídas com apoio incondicional – ainda eram vistas como capazes de autossuficientemente resolverem o A090.

A prova disso é que (apesar de, em cada uma das duas escolhidas academias, existir apenas um membro conhecedor do assunto ortografia) ficou toda a população dita lusófona à mercê de apenas duas únicas cabeças, claramente com responsabilidades já superdimensionadas para a época. Mesmo assim, sabe-se que até apoio espontâneo oferecido pela Academia Brasileira de Filologia foi inexplicavelmente ignorado. Defendia a ABL sua exclusiva atuação, motivada até por inconfesso interesse na extraordinária movimentação financeira que o assunto envolveu.

Em função, pois, de vantagem própria, articula-se na imprensa e nos gabinetes, desconsiderando as críticas, não aceitando suas responsabilidades e difundindo inverdades que têm sido repetidas (A

ABL é a guardiã da língua portuguesa por força de lei), quando objetivamente teve apenas uma delegação específica por dois anos. Ela aparenta desconhecer que a língua, em todas as suas manifestações e variedades, é patrimônio do povo que a usa, competindo a defesa de seus interesses, portanto, ao Congresso Nacional. Por isso o artigo 3º do Decreto que promulga o A090 reza: “são sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo...” .

Chegou a funcionar no Ministério da Educação (MEC) uma Comissão da Língua Portuguesa (Colip), à qual aquele Ministério sugeria serem encaminhadas sugestões e dúvidas sobre as regras do A090, mas muitos dos que assim fizeram frustraram-se por sistemática falta de resposta. Tratava-se de comissão integrada por representantes de entidades privadas e universidades, que decidia pelos interesses de seus representados e não os da coletividade. Seu paulatino esvaziamento provocou-lhe a extinção.” A inexistência de vínculo funcional não permitia exigir competência, dedicação e eficiência”, segundo opinaram alguns gestores à época.

Para o assunto ortografia, instituições como ABL, Colip e outras, por terem seus membros indicados politicamente e pela maneira de agir sem prestar esclarecimentos à opinião pública e sem abertura de discussão e participação democrática, deixaram de ser razoáveis e hoje se mostram inadmissíveis, até mesmo por outras razões, como a valorização cada vez maior do envolvimento coletivo nas atitudes políticas, o desenvolvimento de algumas disciplinas no âmbito da didática e do ensino das línguas, bem como a universalização das oportunidades de conhecimento gerada pela mídia eletrônica.

As críticas ocorridas aos outros acordos ou reformas ortográficas partiam de pontos de vista predominantemente emotivos e circunstanciais, com base em critérios também majoritariamente dogmáticos (pureza da língua, etimologia etc.). Sobre o A090, é normal que a maioria de suas defesas permaneça ainda como no passado devido à diminuta adoção de critérios objetivos e lógicos. Contudo, entre elas surgem evoluídas visões modernas e contemporâneas que precisam ser debatidas, para que os problemas atuais sejam solucionados com base numa cosmovisão adequada, capaz de entender e reorganizar nossa educação para torná-la mais útil, profunda e prática, em benefício da evolução social, neste contexto de século XXI.

Hoje, além das academias já citadas, há novos grupos de profissionais que merecem ser ouvidos, como Associação Brasileira de Linguística, de Linguística Aplicada, de Linguística Comparativa, Instituto de Linguística Teórica e Computacional, Agremiações de Professores de Língua Portuguesa e outras organizações e indivíduos defensores da simplificação ortográfica, que passaram a existir no Brasil e nos outros países envolvidos pela mesma língua.

Mas é bom ter em mente que o conhecimento linguístico, pelo menos em nossos países, desenvolveu muitas pesquisas na área descritiva e relegou a certa insignificância a também necessária visão prescritiva oficial, de que faz parte a ortografia... Esse desprezo pela gramática normativa ou prescritiva que se ouve nos meios acadêmicos tem gerado não só incapacidade de diálogo, mas, pior que isso, preconceito e menosprezo pelo assunto.

Luis Passeggi, professor titular de Linguística do Departamento de Letras da UFRN e ex-presidente da Associação Brasileira de Linguística declarou em comunicação pessoal: *Entendo que, em boa medida, a oposição dos linguistas (ao movimento de simplificação ortográfica) se deva à falta de pesquisas linguísticas atuais – na universidade brasileira – sobre o assunto: sobre a ortografia, as reformas ortográficas, sua história, suas causas e conseqüências, nos mais variados aspectos, seus impactos nas identidades e autoestima das pessoas e dos povos...*

Podemos dizer que a universidade precisa ocupar o espaço e arregaçar as mangas para que, ao invés de evitar palestras e debates sobre esse importante assunto da nossa atualidade, abra-se e provoque mais e mais oportunidades para o alunado discuti-lo, pesquisá-lo e debatê-lo com profundidade.

Da mesma forma, entidades representativas dos professores devem contribuir provocando seus afiliados para debater este assunto, de preferência a partir deste documento, para que não haja manipulação de interessados na desinformação e na continuidade do *status quo*.

Isso feito, quando se puserem às claras os tantos e tamanhos problemas gerados pela demorada improvisação de grande parte das regras do atual acordo, a conclusão da maioria dos participantes será que precisaremos mudar o mais rápido possível. Ao final nossas pa-

lestras, com raras exceções, entre 95 e 98% dos participantes assinam o manifesto de apoio. Não será um sinal de que, quando o cidadão ouve o que não sabia e raciocina sem os preconceitos e tabus enraizados, entende o que é melhor para si e para a coletividade?

Audiências Públicas como esta, que propicia esclarecimento do público e das autoridades responsáveis pela defesa dos interesses da língua que falamos, deveriam também ser promovidas pelo menos em cada Estado da Federação.

## 11. Criação de Organismo Orientador e Gestor da Ortografia

Para não repetir erros é preciso avaliar a criação de um organismo internacional (ou nacional, como base para outro, internacional) que, no mínimo,

1. defina, entre duas ou mais grafias, a indicação de uma a ser considerada oficial;
2. defina, entre duas ou mais pronúncias, a indicação de uma a ser considerada oficial;
3. tenha critérios de avaliação objetivos e científicos previamente definidos;
4. seja constituído por, pelo menos, um membro efetivo, remunerado, de cada país de língua oficial portuguesa; e um membro suplente, só remunerado quando em exercício;
5. tenha seus membros e estafe selecionados **meritocraticamente**, via concurso público realizado especificamente para esse fim, com matérias e disciplinas constitutivas de um arcabouço intelectual compatível com o melhor desempenho das funções;
6. exija de seus membros efetivos contrato de dedicação exclusiva em período integral;
7. atue via internet colhendo e esclarecendo dúvidas, reunindo e expondo questionamentos e, quando necessário, sugerindo pesquisas universitárias ou estudantis...

## **12. *Pacta Sunt Servanda***

Essa máxima latina, que defende a obrigatoriedade de se respeitarem os pactos ou acordos, tem sido usada como argumento incondicional para que o A090 entre logo em vigor. Há, contudo, contra-argumentos razoáveis, como:

Se a obrigatoriedade de obediência não abranger todos os itens pactuados, o desrespeito está instalado. E isso já acontece porque o acordo definia prazos que não foram cumpridos; pressupunha edição de um vocabulário comum que não foi editado; a lei de sua implantação previa que qualquer alteração deveria ser submetida ao Congresso Nacional, o que não ocorreu com mudanças estabelecidas pela A-BL.

## **13. *Rebus Sic Stantibus***

Essa outra máxima também dos latinos já relativiza o respeito a um acordo, enquanto as circunstâncias permanecerem as mesmas. Ou seja, os acordos referem-se ao momento e à conjuntura histórica de quando são assinados, por isso o Tratado de Tordesilhas já deixou de valer. Da mesma maneira, um acordo que define regras ortográficas baseadas em relações sociais e princípios didáticos do passado, não pode valer para a sociedade e a educação de hoje porque as afronta e desrespeita.

Se esse acordo apresenta pontos positivos e queremos que entre em vigor, é necessário que se corrijam os itens negativos até mesmo para ser mais facilmente ensinado, divulgado, compreendido e aceito.

## **14. Inclusão e Fortalecimento Social e Internacional**

Tendo em vista a atual realidade de “não ensinar”, porque algumas bancas de avaliação, aceitando o que dizem alguns teóricos (que ortografia não se ensina) têm dado nota máxima em redação a textos salpicados de erros ortográficos; tendo em vista que a simplificação dessas regras faz com que se as aprenda com praticamente um terço

do tempo anterior e com muito mais facilidade; pode-se prever uma enorme diminuição do trauma e da repulsa dos alunos por esse assunto, sentimentos que acabam por atingir o ensino da língua como um todo e reforçam as causas do analfabetismo.

E mais: a quantidade de cidadãos plenamente alfabetizados (capazes de ler e produzir textos mais profundos), que constitui apenas 20% da população, pode vir a ser multiplicada por dois, três, quatro. Significa dizer que se pode duplicar, triplicar ou quadruplicar o número de leitores e autores, permitindo uma produção literária, intelectual, científica jamais vista, criando saber e riqueza suficientes para colocar estrategicamente nossos povos e países em estágio muito superior de respeito e influência internacionais.

Não se considere esse raciocínio apenas um argumento, mas uma possibilidade real e factível.

## **15. Esclarecimentos Finais e Conclusão**

O *Simplificando a Ortografia* reconhece e defende:

- que a língua é um patrimônio coletivo nacional e internacional;
- que a educação deve levá-la em consideração em todas as suas manifestações;
- que a guarda e defesa desse patrimônio compete à sociedade, representada pelo Congresso Nacional, e não a uma ou outra academia, um ou outro exclusivo grupo, por mais importante que seja como órgão de consulta;
- que as decisões internacionais e nacionais envolvendo a educação não podem passar ao largo da experiência dos professores e pedagogos, que devem sim ser sempre consultados democraticamente;
- que todos os segmentos sociais, principalmente os que fazem da língua escrita seu instrumento de trabalho, têm o direito de ser ouvidos antes de acordos que envolvam mudanças ortográficas;
- que o AO90 apresenta muitos pontos positivos, mas, para que sejam removidos vários obstáculos à sua implantação, absorção

e divulgação pelos corpos docentes dos países envolvidos, são importantes alguns passos:

- padronização gráfica de radicais;
- pesquisa e discussão de novas propostas ortográficas capazes de simplificar e facilitar a alfabetização e o letramento;
- redução das regras a um mínimo, concatenado, convergente e lógico;
- redução de exceções a um mínimo;
- eliminação de duplas grafias injustificadas;
- opção por critérios objetivos e científicos, apoiados na linguística e pedagogia de hoje;
- discussão ampla e aberta, instaurada em função dos valores democráticos e republicanos, e do reconhecimento de que, na sociedade do século XXI, o espaço do saber se universaliza e abriga a todos que o procuram.

Por isso, desde sua primeira manifestação no Senado Federal, em 2009, defende a criação de um organismo internacional competente, comandado e integrado por escolha **meritocrática** (pág. 45) e aberto democraticamente à participação de quem tenha a língua escrita como ferramenta, ou que com ela se preocupe (linguistas, filólogos, gramáticos, escritores, advogados, juristas, jornalistas, sociólogos, filósofos, professores, pedagogos, pensadores e outros) com a responsabilidade de ensinar, divulgar, manter e defender os princípios definidos democraticamente.

Esse organismo plurinacional da língua portuguesa deverá funcionar como orientador e gestor da ortografia, com autoridade delegada por lei, ao qual o magistério e a imprensa, essa grande difusora de hábitos, possam recorrer, colaborando com o processo educativo de toda a população.

O que trazemos aqui, os mais de 36.000 apoiadores de nosso movimento, é um convite à discussão, não um pacote fechado, um conjunto de ideias já definitivas e impostas. Se uma, algumas, várias ou muitas forem ou não aprovadas, desde que amplamente discutidas, não haverá vencidos, apenas vencedores, porque a sociedade terá

evoluído no debate e terá desenvolvido a capacidade de participar das decisões.

Ernani Pimentel  
[www.simplificandoaortografia.com](http://www.simplificandoaortografia.com)  
[prof.ernani@simplificandoaortografia.com](mailto:prof.ernani@simplificandoaortografia.com)

Os problemas causados  
por este acordo ortográfico  
não se devem aos Homens,  
mas ao Tempo.

Pensaram e atuaram num contexto,  
foram aplicados em outro muito diferente.

Porém  
uma análise objetiva  
mostra que deparamos  
com enorme oportunidade:

vencer o desafio  
de eliminar alguns mitos do passado  
para ver e abraçar

um futuro melhor e mais amplo.